

DF adotará código de posturas

ELIANE OLIVEIRA

O governador Joaquim Roriz deve enviar ao Senado, nos próximos dias, projeto de lei que institui o Código de Posturas do DF. Encontra-se em fase de elaboração a exposição de motivos de Roriz, que possibilitará o encaminhamento. Para o brasileiro, o Código será uma novidade, já que até hoje nunca se disciplinou, juntamente com a especificação das infrações e penalidades, as atividades produtivas, industriais, comerciais e prestadoras de serviço, a higiene e bem-estar públicos, e o meio ambiente.

Se aprovado, o Código de Posturas, que terá 180 dias para ser regulamentado, poderá encontrar oposição, apoio e até alguma estranheza. A medida traz várias proibições, como a de pendurar roupas e gaiolas nas fachadas das edificações, o pichamento ou outra forma de inscrição em paredes, muros, postes, viadutos, obras de arte, tabladões, placas de sinalização e de trânsito e veta, taxativamente, o ato de fumar no interior de recintos fechados, destinados à permanência de público.

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização das normas de postura será exercida pelos órgãos do GDF, através de seus

agentes, que terão direito a ingressar em qualquer estabelecimento, mesmo fora do horário de funcionamento. Para as infrações, que a exemplo da Lei Ambiental do DF, são classificadas em leves, graves e gravíssimas, as punições vão de multa de até 50 UPDF (Unidade Padrão do DF), hoje em NCz\$ 205,80, a interdição total, cancelamento de licença ou da autorização e apreensão.

As infrações de postura leves são aquelas que não oferecem riscos ou danos maiores à saúde, segurança, tranquilidade ou ao meio ambiente, compreendendo multa de 10 por cento a 100 por cento da UPDF. As graves, ao contrário do primeiro grupo, implicam no pagamento de uma a dez UPDF. Já nas gravíssimas, entre dez e 50 UPDF).

ATENUANTES

O projeto de lei considera como circunstância atenuante o fato de a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento; se ele reparar, espontaneamente, os efeitos da infração; ou se for comprovada condição primária. A obtenção de vantagem pecuniária no cometimento da falta; a coação de outrem, e a gravidade da irregularidade são consideradas circunstâncias agravantes.

F. GUALBERTO

Limpeza: um dever do cidadão

A higiene em primeiro lugar no projeto de lei, que força a comunidade a cooperar com o GDF na conservação e limpeza da cidade.

O transporte, carga ou descarga de qualquer natureza, executado por pessoa físicas ou jurídica, deverá ser dotado de precauções necessárias a evitar a deposição e liberação de detritos ou materiais nas vias e logradouros públicos.

Proprietários, construtores ou responsáveis pela execução de obras de serviços, de qualquer natureza, nas zonas urbana e rural, serão obrigados a adotar providências para que as vias e logradouro públicos não sejam obstruídos. Caberá ao GDF a proteção contra a poluição dos cursos d'água, fontes, lagos e outros recursos hídricos, mantendo-os em boas condições de higiene e limpeza.

Na área de saneamento, os órgãos encarregados de abastecimento de água, coleta de esgotos e águas pluviais serão responsáveis pela potabilidade da água fornecida ao público. Os projetos de parcelamento e urbanização e áreas públicas ou particulares só poderão ser aprovados após pronunciamento da Caesb.

Será obrigatório o uso de fossa séptica e de sumidouro para tratamento e destino final adequado

dos esgotos, dos prédios existentes ou em construção, situados em locais desprovidos de coletor público. Dejetos provenientes de hospitais ou oriundos de atividades industriais e comerciais deverão ser lançados nos coletores que não venham a causar dano de qualquer espécie aos materiais componentes do sistema. Fica proibida, com a aprovação do projeto, a ligação de águas pluviais à rede coletora de esgotos.

A remoção dos resíduos de fábricas e oficinas, de materiais de construção, dos entulhos oriundos de demolições, terra, folhas e galhos dos jardins e quintais, será de responsabilidade dos proprietários ou usuários, para locais determinados pelo SLU (Serviço de Limpeza Urbana). A deposição no solo de propriedade pública ou particular de qualquer sólido ou líquido, inclusive dejetos humanos e sucata, será proibida.

Quem costuma deixar em local público o recipiente acondicionador de lixo além do tempo necessário à remoção, carga e descarga, sofrerá punição. A medida proíbe, ainda, a varrição do interior das edificações, dos terrenos e dos veículos para a via pública e o despejo de papéis, faixas, cartazes e outros detritos sobre os logradouros públicos.

Água Mineral, só com exame

O Código de Posturas disciplina o uso dos locais de recreação, acampamentos e piscinas. As últimas são classificadas em públicas, coletivas (clubes, condomínios, escolas, entidades e outros) e particulares. O acesso às piscinas públicas e coletivas será permitido mediante apresentação de exame médico, dentro do prazo de validade. Os usuários das piscinas de Ondas, no Parque da Cidade, e da Água Mineral poderão polemizar a determinação.

As vias de circulação, passagens de nível, estacionamentos, passeios públicos, praças e espaços livres, além das redes de água, esgoto, luz e telefone, deverão ser mantidas em bom estado de conservação pelo GDF, conforme o projeto de lei. Monumentos, esculturas, fontes, placas ou similares só poderão ser construídos através de autorização dos órgãos competentes, após apreciação dos respectivos projetos de engenharia.

BARES

Nos casos de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, será permitida a colocação de mesas e cadeiras nos passeios, de acordo com regulamentação própria. Necessitarão de autorização prévia às festividades cívicas, feiras, exposições e circos, assim como o comércio ambulante. Vale o princípio, no projeto, de que não é permitido impedir ou dificultar,

por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres nas ruas, passeios, praças, estradas ou caminhos. A exceção fica para os casos de obras em áreas públicas, exigências de segurança ou realização de eventos devidamente licenciados ou programados pelo governo.

TRANQUILIDADE

Os proprietários de estabelecimentos de diversões públicas e comerciais são responsáveis pela manutenção da ordem e da tranquilidade da comunidade, devendo adotar as providências necessárias, a fim de evitar a perturbação do sossego público. Aqueles que trabalham com música mecânica ou ao vivo não poderão atuar sem alvará. Ainda segundo a medida, é proibido qualquer trabalho ou serviço que produza ruído considerado excessivo antes das 7h e depois das 20h, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e residências. Para não perturbar a "tranquilidade pública", é vedada a pichação e o fumo no interior de recintos fechados.

Será fornecida, pelo GDF, licença para a fabricação, comércio, transporte, depósito e emprego de substâncias inflamáveis, explosivos, corrosivos e tóxicos. Essas atividades sofrerão fiscalização. O transporte desses materiais não poderá ser feito simultaneamente num mesmo veículo.